

21 de Outubro de 2016

2ª Reunião de negociação geral anual

A reunião iniciou-se às 14:49

A reunião iniciou-se com a entrega de articulado com as normas respeitantes à Administração Pública que o Governo indicou ser a contraproposta à Proposta Reivindicativa Comum para 2017 que se anexam.

A FCSAP afirmou não aceitar o articulado como contraproposta. O que exigiu do Governo foi uma contraproposta concreta às exigências da Proposta Reivindicativa Comum. Os trabalhadores da Administração Pública não aceitam a não actualização salarial, a continuidade do congelamento das posições remuneratórias e da progressão na carreira, a proibição de contratação de pessoal para a os serviços públicos quando, ao mesmo tempo, o governo continuam a privilegiar grandes grupos económicos com a dotação de milhares de euros em parcerias público privadas, com a previsão de milhares de euros para pagamento de juros da dívida, sempre em prejuízo dos trabalhadores, que nesta proposta de Orçamento do Estado não têm qualquer proposta de melhoria remuneratória.

É necessário saber com rigor quais as propostas concretas de aumentos salariais, de descongelamento das progressões, se existe ou não vontade política para negociar com os sindicatos ou se, pelo contrário, o Orçamento do Estado já está fechado e este processo negocial de nada serve.

A SEAEP passou então a enumerar:

a) matéria salarial: conhecem e compreendem mas «não podem fazer nada». É ainda um caminho de reversão;

-
- b) sobre a Tabela Remuneratória Única, nada a dizer;
 - c) sobre o subsídio de Natal, é uma solução de compromisso relativamente a todas as estruturas, sendo a convergência possível;
 - d) sobre trabalho suplementar – existe um pequeno sinal, no sector empresarial do estado (artigo 18º) e no artigo 29º;
 - e) ajudas de custo – nada a dizer;
 - f) suplementos – negociação a ser feita durante 2017;
 - g) revisão e progressão de carreiras – matéria para o próximo orçamento;
 - h) SIADAP – matéria para negociar em 2017;
 - i) recrutamento – alteração ao artigo 30º LTFP com identificação das necessidades de cada serviço e identificação de prioridades com possibilidade de contratação na justiça, saúde e instituições de ensino superior públicas;
 - j) acidentes de trabalho e doenças profissionais – matéria a discutir em 2017;
 - k) subsídio de refeição – despesa de 40 milhões para 660 mil trabalhadores. Individualmente terá pouca expressão mas no global, mas uma grande expressão colectivamente considerado;
 - l) mobilidade – possibilidade de intercarreiras e programas específicos de mobilidade com possibilidade de pagamento de uma posição remuneratória acima – artigos 20º e 23º.

A FCSAP questionou ainda a SEAEP sobre uma série de reivindicações que não foram mencionadas e não têm qualquer custo orçamental, podendo ser já resolvidas, como é o caso do direito a férias e da eliminação da inexistência de direito férias nos termos normais em caso de doença que se prolongue entre dois anos civis, matéria que a SEAEP referiu que apenas iria constar na agenda de negociações para 2017.

A FCSAP sublinhou que não há aumentos do subsídio de refeição desde 2009 e que este aumento é uma provocação. Questionou ainda sobre o impacto do aumento do salário mínimo nacional na Tabela Remuneratória Única e a sua tradução em todas as posições

remuneratórias, sendo que foi referido pelo Governo que apenas teria incidência nas primeiras posições remuneratórias.

A FCSAP exigiu então que a SEAEP clarificasse se quanto a salários, pensões, subsídios, suplementos e outras matérias retributivas não existiria qualquer abertura para negociação sindical nesta matéria, posição que foi confirmada com a afirmação de que existe muito pouca ou quase nenhuma margem para questões salariais e estatuto remuneratório por parte do Governo.

A FCSAP afirmou então que este processo negocial não consubstanciava qualquer negociação pelo que entende que o processo está encerrado sem prejuízo de vir a pedir negociação suplementar.

A reunião terminou pelas 15h56

FCSAP